



Estado do Amazonas
Ministério Público de Contas
1ª Procuradoria



RECOMENDAÇÃO Nº 49 /2019/MPC-COORD.PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Manaus, 26 de junho de 2019.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, por intermédio da Coordenaria de Previdência e Assistência Social, de titularidade deste signatário, no exercício de suas atribuições legais e desempenhando a salvaguarda da ordem jurídica e a proteção do erário, vem à presença de Vossa Excelência apresentar **RECOMENDAÇÃO**, no que diz respeito à gestão de recursos vinculados ao RPPS dessa municipalidade, bem como ao acompanhamento e fiscalização das unidades gestoras daquele.

Considerando o ânimo dessa Prefeitura Municipal em trabalhar de forma conjunta com este MPC, exprimido por meio da resposta tempestiva ao ofício requisitório remetido pelo Órgão Ministerial, deduz-se os alvitre seguintes:

- I – que sejam adotadas providências, em caráter de urgência, para o pronto repasse de contribuições devidas ao RPPS que não foram objeto de parcelamento ou reparcelamento da dívida;
- II – ante o diuturno descumprimento dos parcelamentos realizados para quitação do débito previdenciário apurado, insta-se essa Prefeitura a estabelecer ações que garantam o fiel cumprimento dos acordos pactuados, de forma que seja equacionado o *déficit* atuarial;
- III - atente aos requisitos estabelecidos pelo artigo 5º, da Portaria n. 204/2008, para obtenção, por parte do ente federativo, do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, principalmente nas medidas cujo cumprimento compete a essa Prefeitura Municipal;

DIMP - MPC / Aik / 27-10-2019 15:58 007486 1/1

Aik

16:16 27/06/2019 01:25:51 50328 102/AM Vividiana



Estado do Amazonas
Ministério Público de Contas
1ª Procuradoria



IV – que esse agente político verifique se a base de cálculo das contribuições se encontra definida de acordo com a lei, de forma que a incidência do tributo guarde convergência com o ordenamento pátrio;

V – que essa Prefeitura Municipal confira à unidade gestora do RPPS o devido aparelhamento físico e proporcione constante capacitação do pessoal que ali labora, sobretudo atentando para a necessidade de eminente qualificação técnica do gestor do RPPS nomeado.

Fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias** para que sejam informadas as providências adotadas pelo órgão para cumprimento das medidas alvitradas nesta Recomendação.

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador de Contas

Um

**Ao Excelentíssimo Senhor
Romeiro José Costeira de Mendonça
Prefeito Municipal de Presidente Figueiredo
Br 174 Km 107 – Centro
CEP: 69.735-000
Presidente Figueiredo /AM**